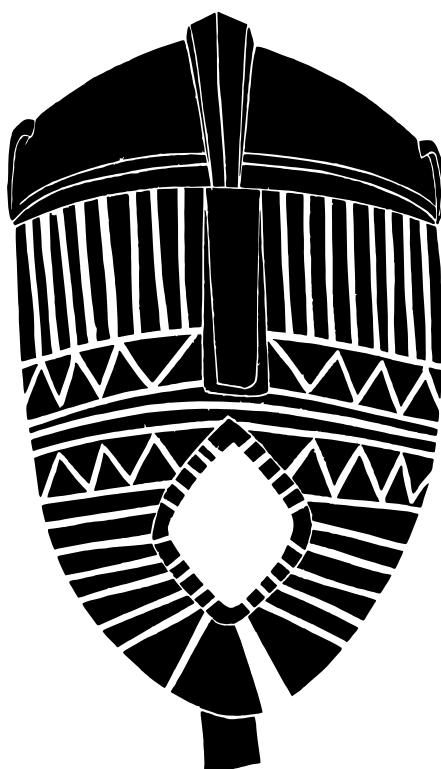


TEXTOS E DEBATES

**NUER -Núcleo de Estudos de Identidades
e Relação Interétnicas**

nº 13 - 2015

**Línguas Atuais faladas em Angola:
entrevista com Daniel Perez Sassuco**



NUER / UFSC

Cadernos Textos e Debates

números anteriores

- 01 Descendentes de Africanos em Santa Catarina:
Invisibilidade e Segregação**
- 02 Terras e Territórios de Negros no Brasil**
- 03 Identidades Étnicas no Sul do Brasil**
- 04 Laudos Periciais Antropológicos**
- 05 Negritude e Auto-estima**
- 06 Quilombo: Fontes Bibliográficas**
- 07 Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas**
- 08 O Direito Constitucional de Propriedade das
Comunidades Remanescentes de Quilombo**
- 09 Laudos Antropológicos: Carta de Ponta das Canas**
- 10 Capoeira na Universidade**
- 11 Saúde Pública e Ações Afirmativas**
- 12 Etnicidade e Gênero**

TEXTOS E DEBATES

NUER - Núcleo de Estudos de Identidades
e Relações Interétnicas

nº 13 - 2015

**Línguas atuais faladas em Angola:
entrevista com Daniel Perez Sassuco**



L755 Línguas atuais faladas em Angola : entrevista com Daniel Perez Sassuco / Ilka Boaventura Leite, coordenadora. – Florianópolis : NUER – Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas, 2015.
27 p. – (Textos e debates)

978-85-62598-37-1

Inclui referência

1. Sassuco, Daniel Perez – Entrevistas. 2. Angola – Línguas. 3. Multilinguismo. 4. Etnologia – Brasil – Angola. I. Leite, Ilka Boaventura.

CDU: 809.6

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

SUMÁRIO

Apresentação.....	05
Línguas e Políticas Linguísticas em Angola.....	07
Entrevista com o Prof. Daniel Perez Sassuco.....	15

APRESENTAÇÃO

Em agosto de 2013 encontrei pela primeira vez a Dra. Amélia Mingas, em Belo Horizonte, participando de um encontro do Centro de Estudos Africanos da UFMG e desde então seu apoio ao projeto Kadila (Pró-Mobilidade Internacional CAPES-AULP 2012), tem sido a garantia de sua continuidade. Convidada pelo primeiro coordenador, o Prof. Samuel Rodrigues Aço, antropólogo e criador do Centro de Estudos do Deserto, para integrar a equipe, a Profa. Amélia acabou assumindo integralmente a liderança, após o falecimento deste admirável pioneiro nos estudos antropológicos sobre o Sudoeste de Angola.

Dra. Amélia, importante linguista e atual decana da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, nos recebeu em Luanda em março de 2014 e abriu as portas da instituição para o protocolo de cooperação entre a UFSC e a UAN e também nos apresentou os docentes de sua área.

Dentre eles, destacou-se o jovem e simpático professor, o linguista Daniel Sassuco, que se dispôs a dar um depoimento em entrevista, tecendo comentários sobre seu trabalho e conhecimentos atualizados sobre o atual estado das línguas angolanas. A professora Cristine Gorski Severo, do Departamento de Letras Vernáculas da UFSC, integrante da Missão de Trabalho do projeto Kadila, entrevistou o professor Sassuco e, juntamente com a mestrandia Heloísa Tramontini, transcreveu e editou a entrevista que ora apresentamos no caderno Textos e Debates, do NUER.

A entrevista do Prof. Sassuco constitui uma relevante contribuição para um entendimento das questões atuais que envolvem as línguas em Angola, os desdobramentos vinculados ao processo pós-independência e os impasses atuais. Trata-se, portanto, no âmbito do projeto Kadila, no qual esta iniciativa está inserida, de um relevante diálogo entre pesquisadores brasileiros e angolanos e, sem dúvida alguma, mais um passo na direção da divulgação de conhecimentos científicos atualizados sobre África no Brasil.

Este caderno busca, portanto, alcançar as metas estabelecidas no Projeto Kadila, quais sejam: aprofundar diálogos e parcerias sobre questões relacionadas a CULTURAS e AMBIENTES, em perspectiva comparada,

voltados para a formação em níveis de graduação e pós-graduação, potencializando a formação, a pesquisa e a docência a partir de uma proposta interdisciplinar que envolva uma relação complementar entre áreas, metodologias e objetos. Além disso, busca também intensificar, através das pesquisas, os diálogos multidisciplinares capazes de fundar novas questões rompendo os emparedamentos das disciplinas já constituídas nas Ciências Humanas: história, antropologia, geografia, linguística, literatura e artes.

Agradecemos a toda a equipe, à CAPES e em particular os professores Daniel e Cristine.

Ilka Boaventura Leite

coordenadora do NUER

LÍNGUAS E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM ANGOLA

Cristine Gorski Severo

Angola é um país plurilíngue, pluricultural e pluriétnico. Tal complexidade linguística, cultural e étnica tem sido, no plano estatal e jurídico, alvo de políticas desafiadoras, que enfrentam o desafio de construir uma unidade nacional paralelamente ao respeito e promoção da diversidade. Angola tornou-se independente de Portugal em 11 de novembro de 1975, após quase 15 anos de duras e árduas lutas envolvendo três movimentos de libertação nacional (MPLA, Unita e FNLA). A independência de Angola, assim como de outras ex-colônias portuguesas, culminou com a queda do regime português ditatorial de Salazar. O primeiro presidente de Angola foi Agostinho Neto (1922-1979), líder do Movimento Popular de Libertação de Angola e renomado escritor angolano. Em sua tomada de posse como primeiro presidente da fundação da União dos Escritores Angolanos em 1977, Agostinho Neto reafirmou a importância da defesa do multilinguismo e das línguas africanas em Angola.

Em termos jurídicos, a Constituição da República de Angola¹, de 2010, prevê no artigo 19 a seguinte política linguística do Estado nacional:

1. A língua oficial da República de Angola é o português.
2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional.

Em 2011 foi aprovada a *Lei do Estatuto das Línguas Nacionais de Origem Africana* com vistas a regular a situação linguística de Angola em contextos administrativos, educacionais e midiáticos. Dentre as línguas consideradas nacionais em Angola estão: umbundu, kimbundu, kikongo, cokwe, kwanyama e nganguela. Tais línguas pertencem a duas famílias linguísticas diferentes: Bantu (englobando a maioria das línguas angolanas) e Khoisan (uma minoria que tem como traço marcante o uso de cliques). Além das línguas nacionais, há centenas de dialetos falados em Angola. Em termos estatísticos, de forma geral, a língua portuguesa é majoritária na capital do país e nos centros urbanos, sendo a mais

1 Link para a constituição: http://www.tribunalconstitucional.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos.aspx?idc=150&idsc=160&idl=1

de forma mais complexa e menos estática. O mapa etnolinguístico apresenta um panorama geral e ilustrativo, devendo ser considerado comparativamente em relação aos usos linguísticos locais. Tais usos compreendem realidades muitas vezes multilíngues e de misturas e cruzamentos linguísticos, especialmente em regiões fronteiriças. Tal cartografia linguística também não capta a fluidez e complexidade dos grupos transumantes, como é o caso dos pastores da região do sul de Angola, os Kuvale, que circulam pelo deserto do Namibe, localizado no sudoeste de Angola. A transumância, embora fluida e móvel, não impede, contudo, que os Kuvale conservem uma certa homogeneidade linguística como fruto da forte coesão cultural do grupo.

Algumas línguas angolanas têm sido amplamente estudadas e descritas por pesquisadores angolanos, com fins, entre outros, de sua formalização em práticas letradas. Um exemplo de estudo linguístico é a descrição da morfologia e sintaxe da língua ngangela, pelo professor doutor Zavoni Ntongo. O Instituto de Línguas Nacionais, criado em 1978, propôs a criação alfabetos para as línguas nacionais, reconhecendo as especificidades de cada língua. O Departamento de Línguas e Literaturas em Línguas Angolanas da Universidade Agostinho Neto tem pesquisado e ensinado desde 2004 as línguas cokwe, umbundu, kimbundu e kikongo. Tais línguas têm sido também alvo de políticas de ensino nas regiões leste (cokwe), sul (umbundu), centro-oeste (kimbundu) e norte (kikongo). Iniciativas de difusão das línguas angolanas incluem plataformas digitais, como o projeto EVALINA, uma página do facebook com a finalidade de ensinar línguas angolanas de forma interativa (<https://www.facebook.com/ProjectoEvalina>). Outro exemplo diz respeito ao uso de línguas nacionais e do português angolano em rádios de Angola, como é o caso da rádio *Ngola Yetu* (<http://www.rna.ao/ngolayeto/apresentacao.cgi>).

Paralelamente às línguas angolanas, a língua portuguesa tornou-se majoritária em Angola, sendo que a população de falantes de português como língua materna tem crescido na mesma proporção em que muitas línguas angolanas deixam de ser faladas, especialmente em contextos públicos. A língua portuguesa falada em Angola apresenta particularidades discursivas, pragmáticas, sintáticas, lexicais, morfológicas, fonológicas e prosódicas, conforme descritas pela linguista Amélia Mingas na obra *Interferência do Kimbundu no português Falado em Lwanda* (2000). Outro trabalho que trata das configurações estruturais e políticas da língua portuguesa em Angola é a tese de

doutorado de Domingos Gabriel Ndele Nzau sobre *A Língua Portuguesa em Angola* (2011)³. Tais especificidades têm motivado os linguistas de Angola a descreverem a norma do português angolano, com vistas a legitimar o seu uso em documentos oficiais e o seu ensino em escolas de Angola, priorizando os materiais didáticos angolanos em detrimento dos portugueses ou brasileiros. Para maiores discussões sobre a construção da norma da língua portuguesa, conferir a entrevista realizada com a professora Amélia Mingas, em < <http://www.ciberduvidas.com/idioma.php?rid=2815>>.

Outro meio de legitimação do português angolano é a literatura angolana escrita em português mesclado com termos, expressões e sintaxe de línguas angolanas. Trata-se de um híbrido linguístico que ratifica o papel estético e político da língua na construção de uma literatura nacional. Muitos autores angolanos têm incorporado em suas obras glossários de termos e expressões de línguas angolanas, tornando a obra literária linguisticamente rica e híbrida. É o caso, por exemplo, da prosa de Agostinho Neto, Luandino Vieira, Uanhenga Xitu, Ruy Duarte de Carvalho e Pepetela, para mencionar apenas alguns autores.

Estudos comparados entre o português brasileiro e o português angolano têm sido feitos por pesquisadores brasileiros e angolanos, com buscas de uma compreensão linguística e histórica de formação da língua portuguesa a partir de seu contato com línguas africanas, especialmente línguas da família Bantu. Alguns trabalhos que comparam o português angolano e o português brasileiro incluem: *Angola e Brasil: vínculos linguísticos afro-lusitanos*, por John Lipski (2008); *Variedades linguísticas em contato: português angolano, português brasileiro e português moçambicano*, por Margarida Petter (2008) e *A indeterminação do sujeito no português angolano: uma comparação com o português do Brasil*, por Eliana S. Teixeira (2011), dentre outros.

Por fim, percebe-se que a realidade linguística de Angola é complexa e rica, envolvendo atitudes políticas, acadêmicas, institucionais e locais de valorização das línguas africanas em paralelo com a crescente expansão do uso da língua portuguesa. A construção de escolas bilíngues e o uso de línguas angolanas na mídia de massa são exemplos de promoção

3 Link para consulta: <http://www.adelinotorres.com/teses/Domigios_Ndele_Nzau.pdf>

do multilinguismo em Angola. Políticas de defesa e valorização da diversidade tornam-se possíveis quando são efetivamente sensíveis às práticas linguísticas locais de uma sociedade multiétnica, multicultural e plurilíngue.

Daniel Peres Sassuco nasceu em 12 de janeiro de 1972 na cidade de Saurino, em Lunda-Sul, Angola. Teve sua formação no Instituto Superior Pedagógico de Lubumbashi. Graduou-se em Pedagogia Aplicada, com habilitação em Francês e Linguística Africana, tendo se especializado em línguas africanas pela Universidade de Dar es Salaam na Tanzânia e no Museu da África Central de Tervuren, na Bélgica. É mestre pelo departamento de Filologia Românica da Faculdade de Letras da Universidade Autônoma de Barcelona, na Espanha. Seu mestrado foi realizado na área de Tratamento da Informação e Comunicação Multilíngue. Atualmente é docente, pesquisador e chefe do departamento de Línguas e Literaturas Africanas na faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, em Luanda/Angola.

A presente entrevista foi realizada em 20 de março de 2014 no departamento de Línguas e Literaturas Africanas da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, por Cristine G. Severo, no ensejo da missão de trabalho do projeto de pesquisa Kadila: Culturas e Ambientes, coordenado pela professora Ilka Boaventura Leite, líder do Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER/UFSC). O projeto Kadila, de natureza transdisciplinar, visa estabelecer diálogos teóricos e metodológicos entre diferentes áreas do conhecimento, como a Linguística, Literatura, Antropologia, História e Geografia. Tais diálogos têm como meta produzir uma compreensão alargada sobre a região do sudoeste da Angola, onde se localizam o deserto do Namibe e o Centro de Estudos do Deserto (CE.DO), que tem como um dos seus projetos o “Observatório da transumância”. A compreensão do fenômeno da mobilidade humana exige um olhar complexo, o que significa que as diferentes linguagens (verbal, visual, corporal), os diferentes espaços e tempos vão se enredando e construindo sentidos nas práticas sociais reais.

As contribuições linguísticas do professor Daniel Sassuco oferecerão um olhar mais acurado sobre como o multilinguismo em Angola reflete e refrata um mundo complexo, permeado por relações de poder e desafios. As realidades pós-coloniais carregam uma memória que se abre diante de novos caminhos a serem construídos e trilhados. Nesse sentido, as línguas

desempenham um papel importante, pois materializam uma pluralidade de discursos. Tais discursos existem de forma dialógica e afetam não apenas as línguas, mas também diferentes formas de expressão cultural, construindo uma rede de significações. A transumância funciona, nesse sentido, como um signo para compreendermos como a mobilidade humana na região do deserto de Angola nos permite refletir sobre uma outra epistemologia, de caráter transdisciplinar, dialógico e descolonial.

A entrevista abordará o plurilinguismo das línguas angolanas em relação com a língua portuguesa. Tal relação envolve políticas linguísticas de difusão e ensino da língua portuguesa paralelas à proteção e legitimação das línguas angolanas. A língua portuguesa, como língua dominante e oficial, é tomada como bandeira de unificação nacional. Por outro lado, as línguas africanas sinalizam para a realidade pluriétnica e pluridiscursiva de Angola. A relação entre esses dois mundos tem sido uma construção diária de diálogos entre iniciativas políticas, institucionais, locais e acadêmicas em Angola. A valorização do uso das línguas angolanas em contextos oficiais e públicos, para além dos contextos privados e familiares, sinaliza para uma política de inclusão não apenas de línguas, mas de discursos que muitas vezes são silenciados. O professor Daniel Sassuco tem desempenhado um papel relevante nas políticas linguísticas acadêmicas, pedagógicas e estatais ao reforçar práticas que legitimem o estudo, o ensino e o uso das línguas angolanas em diferentes esferas sociais. Paralelamente, linguistas angolanos também têm se debruçado sobre a língua portuguesa angolana, uma variedade híbrida da língua portuguesa com heranças pragmáticas, sintáticas, lexicais, morfológicas e fonológicas das línguas angolanas. Tal hibridismo sinaliza para uma angolinização da língua portuguesa, processo similar ao que ocorreu com a língua portuguesa no Brasil. A descrição, formalização e legitimação do português angolano funciona como uma marca de identidade e resistência em relação à língua do ex-colonizador.

Por fim, espera-se que a entrevista do professor Daniel Sassuco reforce a importância de um olhar transdisciplinar para a realidade do deserto de Angola, em específico, e para os contextos pós-coloniais, em geral. A língua, nesse sentido, não é neutra, mas é vista como signo de embates, tensões, negociações e invenções que permeiam toda a trama social.

Referências

FERNANDES, João; NTONDO, Zavoni. *Angola: Povos e Línguas*. Luanda: Editorial Nzila, 2002.

LIPSKI, John. Angola e Brasil: vínculos linguísticos afro-lusitanos. *Veredas*, 9, 2008: 83-98.

MINGAS, Amélia. *Interferência do Kimbundu no português Falado em Lwanda*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2000.

NTONDO, Zavoni. *Morfologia e Sintaxe da língua Ngangela*. Luanda: Nzila, 2008.

NZAU, Domingos Gabriel Ndele. A Língua Portuguesa em Angola: Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização. *Tese de doutorado*. Universidade da Beira Interior, Departamento de Letras (2011). Disponível em <http://www.adelinotorres.com/teses/Domigos_Ndele_Nzau.pdf>.

PETTER, Margarida. *Variedades linguísticas em contato: português angolano, português brasileiro e português moçambicano*. Universidade de São Paulo, Tese de Livre-docência, 2008.

TEIXEIRA, Eliana S. Pitombo Almeida, N. L.F. . A indeterminação do sujeito no português angolano: uma comparação com o português do Brasil. *Papia* (Brasília), v. 21(1), p. 99-111, 2011.

ENTREVISTA COM PROFESSOR DANIEL PEREZ SASSUCO PARA O PROJETO KADILA / NUER.UFSC / UAN

Trata-se de entrevista realizada com o professor Daniel Perez Sassuco, coordenador do Departamento de Línguas Angolanas da Universidade Agostinho Neto, em Luanda/Angola. A entrevista foi realizada em 20 de março de 2014, por Cristine G. Severo, no ensejo da missão de trabalho do projeto de pesquisa “Kadila: Culturas e Ambientes”, coordenado pela professora Ilka Boaventura Leite (NUER/UFSC). A transcrição da entrevista buscou



respeitar as especificidades do português angolano na modalidade oral culta e foi realizada por Heloísa Tramontim de Oliveira. A edição da entrevista foi feita por Cristine Severo e teve como objetivo conservar o fluxo textual e argumentativo da entrevista.

Professor Daniel, inicialmente agradecemos a sua atenção e disposição em dialogar conosco. Nós gostaríamos de saber um pouco sobre como surgiu o curso de Línguas Angolanas no Departamento de Letras da UAN.

Daniel Saçuno: Muito obrigado pela pertinência da questão. Relativamente ao curso que nós dirigimos ou de que somos organizadores na Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, essa ideia surge, primeiro, da multiplicidade e da pluralidade linguística do país. Há muito tempo, ou igual à realidade brasileira, Angola teve também um momento histórico da colonização portuguesa. Durante muitos anos e séculos que os portugueses cá estiveram, o que diz respeito aos trabalhos científicos ou acadêmico avançados com relação às realidades culturais e às línguas de Angola não foram desenvolvidos. E a esse respeito, desde os anos 60, talvez 67, que nós temos a criação da Universidade Agostinho Neto, só houve duas faculdades fundamentais na altura, que era a Faculdade de Ciências e depois a Faculdade de Direito. Logo surgiram outras faculdades, como no caso a Faculdade de Engenharia, a Faculdade de Medicina etc. Portanto, podemos compreender que foi uma Universidade virada para as Ciências Exatas e Ciências da Saúde. Infelizmente, não tivemos as Ciências Sociais e Humanas. Houve também os tempos

complicadíssimos que Angola teve, que foi o período das Guerras Civis, e isso vinha mais ainda complicar a situação. Nos anos 2000, conseguiu-se ver a possibilidade de criar a Faculdade de Letras e Ciências Sociais. E a primeira proposta aconteceu em 2002, aprovada pelo Senado Universitário e o Conselho de Ministro. Pra já, a partir daquele momento quais são os cursos que foram criados? Tínhamos treze cursos na altura, de Ciências Sociais e Letras ao mesmo tempo. A faculdade de Ciências Sociais é que deu em todos os departamentos. O Departamento de Letras compunha-se com cursos de língua e literatura portuguesa, língua e literatura francesa, língua e literatura inglesa, línguas e literaturas africanas. Os quatro cursos deram existência a uma nova faculdade, que é a Faculdade de Letras. Aqui, inclusive, adiciona-se dois outros cursos que eram pertencentes ao Departamento de Ciências Humanas, que é o curso de Filosofia e o Secretariado Administrativo. Ora bem, no que diz respeito ao curso de Línguas e Literaturas em Línguas Angolanas, essa designação atualmente é aprovada. Antigamente chamava-se Línguas e Literaturas Africanas. Começou o curso em 2003, inclusive já lançamos em 2007 os primeiros licenciados – vocês dizem graduados, não é? – no mercado angolano, embora o número não fosse exaustivo, mas pelo menos foi uma dezena e meia de licenciados em Línguas e Literaturas Africanas, dos quais ainda dessa primeira leva temos dois professores que foram retidos como assistentes estagiários e agora são mestres nesta área e trabalham também conosco nesta faculdade.

Qual é a importância de um curso superior de línguas angolanas em face da realidade linguística de Angola?

Daniel Saçuno: Em que há a necessidade desses cursos serem integrados ao formato de ensino superior? Primeiro comparamos a própria área de encaixe do país Angola. Estamos praticamente no meio, no continente africano. Entre África anglófona, que está na África Central, e África Austral, uma África completamente anglófona. E nós, lusófonos, estamos praticamente isolados neste meio. Com relação a isto, existe uma determinada forma de cultura. Temos um mosaico linguístico natural que compõe toda nação angolana. O território angolano está assim repartido por grupos étnicos com, respectivamente, suas línguas. Um dado momento, línguas essas consideradas línguas indígenas porque na política portuguesa essas línguas não tinham nenhum valor. Houve, inclusive, o decreto do Norton de Matos que proibia concretamente que essas línguas fossem estudadas ou colocadas à escola. E até proibia de

falar essas línguas. Então as pessoas ficaram, naquela altura do tempo colonial, com estigmas de considerar essas línguas como se fossem algo em vão, algo que não servia para nada. Isto inclusive gerou um problema sério nas gerações recentes de não falar as línguas de origens identitária e culturais das famílias de que eles são oriundos. Simplesmente porque houve em um determinado momento uma pressão enorme para as pessoas não falarem essas línguas. Com o correr do tempo e as novas gerações, houve a necessidade [de preservação das línguas angolanas], e parte dessa iniciativa surgiu inclusive com o discurso do saudoso Presidente Agostinho Neto quando fez tomada de posse dos membros da União de Escritores Angolanos. Um discurso em que ele dizia que a dependência da educação em Angola com a Língua portuguesa não resolveria o nosso problema. Era preciso inserir no ensino alguns dialetos para que se tivesse um equilíbrio no desenvolvimento linguístico da Nação. Então, desde aquele momento este discurso vinha, ao nível cultural, despertar um pouco aí o interesse a esta área. Quando mesmo o próprio Ministério da Cultura e da Educação na altura colaboram, e muito bem, porque são áreas que têm objetivos praticamente em comum. Temos as línguas e as culturas, um elemento fundamental de trabalho e da representação do povo angolano. Assim, essas línguas tiveram que merecer, assim digamos, um estatuto do país em termos da política, das políticas linguísticas. Ao lado da língua oficial que lhe é reconhecida, oficialmente a língua portuguesa, se teria que nomear algumas outras línguas no estatuto das Línguas Nacionais. Portanto, o Conselho de Línguas Nacionais para nós significaria línguas de auxílio administrativo, mas que tenham a origem na população autóctone. Ao mesmo tempo essas línguas gozam do estatuto de línguas regionais, porque o mosaico linguístico de Angola tem o seu povo repartido por regiões no país.

Como é a realidade plurilíngue de Angola?

Daniel Sassuno: A cada região, tem uma língua representativa. E essa língua que o povo comunica diariamente, ao lado da língua portuguesa. Nós cá nas cidades, nos grandes centros é que falamos o português. No interior do país, o português é falado como uma alternativa e uma necessidade. Portanto, as pessoas acordam, dormem e fazem a sua realidade numa língua local. Neste caso, para ser mais concreto, temos nove grupos etnolinguísticos majoritários, cujas línguas foram também indicadas ao estatuto de línguas nacionais. Essas línguas falam-se.

Naturalmente numa primeira fase foram colocadas na comunicação social. Temos uma rádio exclusiva que se chama “Ngola Yetu”, que quer dizer “Nossa Angola”, onde se falam os programas todos em línguas nacionais. Segundo a estatística da população angolana, a primeira língua [falada] é umbundu, cujo o povo é o Ovimbundo. Os Ovimbundu são oriundos do sul e centro de Angola. O planalto central que representam inclui as três províncias maioritárias da costa marítima sul, Benguela, no centro Ambó, mas um pouco mais para o sudeste, que é Bié, que em umbundu diz Vié, não é Bié, portanto há um fonema aí que é “v”, que foi mal pronunciado pelos portugueses e ficou “v” e na escrita vem o “b”. Em princípio eles realizam isso com “v”, Vié. Tanto Benguela, o Ambó, Bié são as três províncias fundamentais onde está instalado o grupo Ovimbundu, com a língua umbundu, embora com algumas incursões na parte sul também na província de Huíla, Namibe, como também em Kuando Kubango, Kuanza Sul, também em Malange fazem fronteira, e o Moxico no outro lado, no leste que dá uma parte ao Bié. Esse é o primeiro. O segundo temos o grupo etnolinguístico Ombundu, cuja língua é kimbundu. Ocupa realmente o centro-norte com quatro ou cinco províncias, realmente onde se fala o kimbundu, começando no interior temos Malange, Kuanza Norte, Bengo, a própria Luanda, mais um pouco ao norte, Kuanza Sul, a parte maioritária do Kuanza Norte e Sul falava-se o kimbundu e temos algumas incursões pela parte sul, norte também dessas províncias, portanto sul da região Bakongo. Caso do Zaire, a parte sul, Uíge também, como também faz fronteira com Kuanza Norte e Malange. A terceira língua é o grupo etnolinguístico Bakongo, cuja língua é o kikongo, que ocupa praticamente todo o norte do país, das províncias Cabinda, Zaire e Huíge. A quarta população etnolinguística é Tutchokwe, cuja língua é tchokwe de que também sou oriundo, portanto, ocupa todo o leste do país. De norte a sul, mais um pouco o interior para Kuando Kubango, temos as províncias de Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kuando Kubango que encontramos também os vizinhos vandanguela e os outros, por aí. Portanto, essa área toda é para a língua tchokwe e o grupo etnolinguístico Tutchokwe. Como quarto grupo, majoritariamente falando. O quinto é o grupo Kwanhama, cuja língua é kwanhama, província de Cunene, com uma incursão a Kuando Kubango segue-se os Vanhanecas, que têm dois grupos maioritários, Vanhaneca e Vacumbi, portanto na província da Huíla. A língua também é nhaneca e temos as variantes de kumbi, variantes do lunhaneca etc, lá no interior. Temos o outro grupo, vanganguela que é no Kuando Kubango,

cuja língua é nganguela. Temos, inclusive, um professor investigador nessa língua, o Professor Zavoni N'tondo. Dr. Zavoni N'tondo lançou em 2006 um livro que faz um resumo da sua tese de doutoramento sobre esta língua. A morfologia e a sintaxe do Nganguela. Também o outro grupo, que é o grupo Oxicuanhama ou Vaconhama. E outro grupo é o Oxidonga Vandonga, juntamente com os Va-Helelo, Helelo, estamos no sul sempre, ou este já na província do Namibe. Contudo, esses grupos etnolinguísticos, com as suas respectivas línguas, conforme dissemos, perderam-se, porque as pessoas não a falam, como tal. Lá no interior, pelo menos nesse século, ou nessas décadas, já se pode notar as pessoas com muita vontade e sacrifício para falar essas línguas. E, infelizmente, ao nível da educação, essas línguas não são contempladas, não foram contempladas desde os tempos coloniais até aos nossos dias. Embora existisse nalguma altura um histórico, um livro, inclusive prefaciado pelo próprio Presidente Agostinho Neto, o primeiro Presidente da República. O Governo Angolano não tem dado muita atenção aos aspectos das Línguas Nacionais.

Qual é a relação entre a língua portuguesa e as línguas angolanas?

Daniel Saçuno: Assim, a língua portuguesa em Angola acaba por ter praticamente todos os estatutos funcionais. As pessoas ou as populações que estão nos centros urbanos têm como a língua materna português, língua de comunicação. Esse estigma que eu disse há pouco, os portugueses incutiram nas mentes dos angolanos. Então acabaram por odiar completamente as suas verdadeiras línguas e tornaram-se inimigos contra as próprias culturas. Consequência: essas línguas não criaram interesse científico aos demais. Só com o tempo. Com a criação inclusive também da Faculdade de Letras, através do seu curso que nós estamos aqui a representar, que tentamos fazer uma recuperação da identidade cultural angolana. O resgate destas línguas e também colocá-las no ensino já foi um passo suficiente que nós marcamos desde 2003. Já conseguimos ter muitos dos nossos licenciados trabalhando na administração do país, mesmo no ensino, no interior, como também cá na cidade de Luanda para conseguir representar e dar a imagem concreta das línguas angolanas. Do lado do outro, há poucos dias ou há poucos anos, que já trabalhamos com isso, já se criou, por exemplo, no Ministério da Educação, os projetos de secção das Línguas Nacionais no Ensino, aos níveis do Ensino Básico, secundário e também como os já temos na Universidade.

Qual o papel do Departamento de Línguas Angolanas na promoção das línguas nacionais?

Daniel Sassuno: Quando nós começamos, os nossos técnicos que estavam a trabalhar cá na Universidade a dar as línguas nacionais em todos os cursos de Letras e Ciências Sociais são colaboradores de um projeto do INIDE, Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação. São também técnicos e colaboradores na elaboração dos manuais para os níveis distintos de Ensino Básico e Secundário. Nesta altura, embora não seja efetivo o ensino das línguas nacionais, mas já é um projeto certo porque já conseguimos ver os manuais, já houve o projeto piloto, nas escolas de experimentação, em todas as províncias e também cá em Luanda escolheu-se línguas majoritárias, conforme disse, das quais quatro fundamentais, tal que nós temos ensinado aqui a língua tchokwe para região leste, toda ela. A língua umbundu para toda a região sul, a língua kimbundu para a região centro-oeste e a língua kikongo para a região norte. Quer dizer que desde a Escola Primária ao Secundário, pelo menos nos seis primeiros anos, o ensino poderá ser feito, em simultâneo, nessas línguas e na língua portuguesa. De forma que nós, ao nível da Universidade, possamos receber um aluno preparado numa primeira fase, não para ensiná-los os primeiros passos de aprendizagem da língua, mas sim que recebamos aqui um aluno que fala fluentemente uma língua materna, que poderia ser exatamente uma língua nacional para que nós possamos desenvolver o aspecto científico, ensinando a exploração científica da descrição da língua, desde a fonética até a semântica dessas línguas, para nos possibilitar a elaboração das gramáticas dessas línguas. Este tem sido o nosso projeto até agora. E assim, vamos dizer que pelo menos já contamos com alguns técnicos, embora não sejam muitos. Felizmente, já foi aprovado também o projeto de mestrado e agora já temos a primeira leva de mestrandos em Línguas e Literaturas Angolanas. Poderemos ter mestres em Línguas e Literaturas Angolanas formados pela Faculdade de Letras. Às vezes nós nos preocupamos com a formação desses profissionais, mas o Governo não absorve esses técnicos por falta de especialização, em função do perfil de saída que nós temos. Esses técnicos podem trabalhar em todas as administrações do país, da mesma forma que nós estamos a utilizar a língua portuguesa, de forma que todo o texto oficial administrativo do país que se escreva ou que se fale em português, pode se falar também numa língua nacional. De forma que a informação e a comunicação

passa diretamente sem qualquer interferência aos nossos locutores, a quem nós nos dirigimos. A política científica para nós terá sido essa. Infelizmente o Governo não vê com esses olhos essa formação.

Como se dá o ingresso dos alunos no curso de Línguas Angolanas?

Daniel Sassuno: A aderência a este curso com relação aos outros cursos de línguas estrangeiras tem sido reduzida nestes últimos anos. Antigamente, nos anos 2004, 2005 e 2006, confesso que nós tínhamos, por exemplo, nos exames de acesso, 1.200 alunos para 40 ou 50 vagas. Era um trabalhão para corrigirmos provas de acesso. Teríamos que levar quatro a cinco dias com cinco ou seis membros para corrigir as provas. Mas a partir de 2011, porque também criou-se uma Política da Organização dos Exames, só a Reitoria da Universidade que organiza as provas, ditas provas únicas. Nós da Faculdade de Letras, o que nós demos lá como prova? É simplesmente a Língua portuguesa. Quer dizer que os alunos, mesmo que para integrar o Curso de Inglês, de Francês, como Línguas Angolanas, são testados simplesmente com a Língua portuguesa e uma cultura geral. Até esse dado momento nota-se que os alunos que nós recebemos, talvez nesses cursos, não vêm para o curso para o interesse científico, mas porque querem estudar para terem um diploma de nível superior e superar talvez as suas necessidades sociais. E isto tem sido uma dificuldade enorme, de vermos a capacidade enorme dos alunos que podem ser formados como verdadeiros investigadores para essas línguas. Ao mesmo tempo, o número também de interesse de candidaturas para este curso acabou por reduzir-se substancialmente porque os alunos, quando vão à Reitoria para fazer suas inscrições, não têm tido um acompanhamento explicativo de quais são as possibilidades e a viabilidade do curso. O que eu devo fazer se eu prosseguir esse curso até o fim? O que eu serei? Do outro lado, outro problema está na própria organização dos planos curriculares ao nível secundário, também um outro problema não só para o curso de Línguas e Literaturas Angolanas, também para todos os cursos de Letras. Nós não temos os cursos prévios no nível secundário que preparem um aluno que vai fazer os cursos de Letras. Tanto que temos um projeto curricular do secundário muito confuso. Não determina exatamente qual o tipo de aluno que nós vamos receber para qual o curso. Quer dizer que a orientação profissional não está bem vista ao nível do secundário, da escola secundária.

Como se chamam os cursos secundários? São cursos técnicos?

Daniel Saçuno: Quando é técnico bem identificado. Nós não somos contemplados no secundário, o que implica que nós recebemos, de fato, alunos mal preparados e temos que começar o trabalho da preparação deles a partir da Universidade. No caso de Letras, por exemplo, nem a própria língua portuguesa tem uma carga horária suficiente ao nível de secundário. Mas é preciso que eles aperfeiçoem, talvez, o nível da língua portuguesa. Há uma negligência qualquer ou uma falta de entrosamento dos técnicos dessa área para repensar e pensar, naturalmente, sobre os planos curriculares a partir do próprio nível secundário, para depois vermos quais são os níveis dos planos curriculares ao nível da Universidade.

Então esses professores que são formados pela Universidade não são absorvidos pelo mercado de trabalho, porque nem todas as escolas oferecem as línguas como disciplina?

D: Não, não. Tirando a língua portuguesa, por momento. Todas as demais não. Pode absorver alguém que estudou língua francesa ou língua inglesa porque tem uma carga horária nos níveis do ensino secundário, mas nunca a língua nacional. Já houve projeto piloto com as escolas de experimentação, já é um fato, mas ao nível secundário não vejo ainda concretamente esse aspecto. Foi a Universidade que começou a dar aulas em línguas nacionais ou a formar um pouco, incentivar as pessoas em falar suas línguas nacionais. Portanto, ao nível da Universidade. O projeto praticamente está a começar agora e temos para frente muito trabalho a fazer e de todas as formas. Fizemos o essencial para que o governo, através da reitoria da Universidade Agostinho Neto, crie políticas de absorção desses técnicos. Nós temos setores sociais onde se precisa esse tipo de trabalho. Temos muitos projetos neste âmbito que necessitam [das línguas nacionais], o Ministério da Administração do Território, o próprio Ministério de Hotelaria e Turismo, de Transporte, como também de Agricultura. Eu digo, geralmente todos os setores administrativos precisam dos técnicos formados em Línguas e Literaturas Angolanas porque é o português que lá está.

E o Instituto de Línguas Nacionais tem atuado conjuntamente com vocês nesses projetos de difusão das línguas angolanas, de valorização das línguas angolanas?

Daniel Saçuno: Com certeza. Eu acho que a política definida pelo próprio governo angolano é que não está muito bem clara. A existência do Instituto de Línguas Nacionais como um órgão do Ministério da Cultura do país é para a representação das línguas no país. Não são as línguas estrangeiras, mas as línguas nacionais para tentar de regradar e fazer cumprir as normas de funcionamento destas línguas.

Um papel fiscalizador?

Exatamente, um papel fiscalizador. E também procurar a própria promoção dessas línguas. Já participei de algumas reuniões de fato do ILN para a harmonização da ortografia das línguas angolanas no sentido de harmonizarmos a escrita em função da origem da língua. Quem é que escreveu, que colocou as primeiras escritas dessa língua? De que origem era? Quais são os sons que ele colocou na escrita? Então, pensamos que isso tudo fosse organizado para representar as nossas línguas de uma forma única. Temos que convidar alguns técnicos da África do Sul, Moçambique etc. para vir trabalhar sobre este projeto.

Qual é a diferença de designação entre línguas nacionais e línguas angolanas?

Daniel Saçuno: O conceito de línguas nacionais, não fomos nós da Universidade que demos a essas línguas, mas foi o governo que as nomeou como línguas nacionais. A nossa interpretação do conceito de línguas nacionais é o de nomear essas línguas como línguas auxiliares à língua oficial da administração do país. Será que essas línguas têm esse papel? Não. Na verdade essas línguas não funcionam como tal, em paralelo com o português. Vê-se que em todos os contextos é a língua portuguesa que funciona e não as línguas nacionais. Esse é o problema da definição das políticas linguísticas no país. Enfim, é um problema sério, mas vamos procurar, academicamente e cientificamente falando, tentar minimizar este fato e sempre procurar algumas soluções de forma que gerações que venham não tenham o mesmo problema que nós estamos a perceber.

Como você vê o futuro das línguas angolanas?

Daniel Saçuno: Tenho que dizer também que orgulhamo-nos a um dado momento, nessa década, de constatarmos que muitas famílias angolanas, mesmo nas cidades agora, tenham muito interesse com as suas línguas nativas. Nem todos querem falar o português nas casas, mas agora já se começa a implementar as distintas línguas de origem Bantu nas famílias para falar o português na escola e com os contatos sociais, com as pessoas que nós não sabemos. Isso tudo é o fruto, de fato, dos ensinamentos que nós estamos a fazer. O caso da Linguística Bantu, das teorias que nós demos sobre Cultura, Estudos das Sociedades Africanas ou Culturas Angolanas, enfim, tudo isto. Em Angola é inevitável o contato do português com essas línguas Bantu. Pode [alguém] chegar e dizer: eu não falo nenhuma língua nacional. Mas o português que tu estás a falar é um português minado, por assim melhor dizer, pensado dentro da cultura angolana. Daí tantas expressões. Eu posso facilmente ouvir alguém dizer: “- Ele comeu o meu dinheiro!”

Semanticamente, um verdadeiro português que tenha a sua cultura por aí, mundo afora, não consegue dizer, imaginar alguém pegar no dinheiro e comer. Mas é uma expressão típica das línguas angolanas. O verbo gastar, para nós, não existe. Quase que não existe, melhor dizendo. Mas sim, no lugar, é o verbo comer que pode funcionar. E alguém que tenha o domínio da sua cultura e da sua língua ao falar uma língua portuguesa utiliza facilmente a expressão cultural. Comer dinheiro para substituir o verbo gastar: “Gastou meu dinheiro”, no português correto. Queria dizer “comeu meu dinheiro”. Mas o falar angolano não é de gastar dinheiro, é de comer dinheiro. E é perfeito, não importa que eu seja acadêmico ou administrativo.

Haveria outros exemplos do português angolano?

Daniel Saçuno: Agora, veja lá. Se procurarmos tantas outras expressões como esta, de onde é que elas vêm? Por quê? São as realidades das forças das línguas nacionais. Nós temos algumas expressões, por exemplo, títulos de família. Pai, mãe, filho etc, avô, enfim. Estes termos do português para as línguas Bantu geralmente são conceitos compostos, nomes compostos. Vamos lá, com uma língua como o kimbundu, está aqui mais próxima de nós. Em kimbundo, para dizer ‘filho’, diferente de ‘filha’, só o conceito de filho ou criança em kimbundo, diz-se ‘*mona*’. Já é

tudo. Criança é o conceito genérico de criança. Mas quando quero dizer 'filho', diferente de 'filha', em kimbundo digo 'Mona-ua-diala' e 'Mona-ua-muhato', portanto o conceito 'diala' significa homem ou marido. O conceito 'muhato' significa mulher, ok? Já funciona como uma marca do morfema de categoria do gênero masculino e feminino. Quando aparece o 'diala' ao lado de 'mona', gênero masculino. Quando aparece 'muhato' ao lado de 'mona', gênero feminino. Agora vê o que dá em português. Nas casas de todos os luandenses aqui nos arredores nossos. Para dizer que um filho veio a sua casa, a criança diz, ou a mãe diz:

- O meu filho de homem.

A mãe ou a avó diz:

- O meu filho de homem esteve cá hoje. Ele é que trouxe-me este saco de fubá. O filho de homem.

E para uma filha, ela vai dizer:

- A filha de mulher passou aqui ontem. Disse pra ir na casa dela.

Como também as filhas, as crianças em casa dizem ao avô ou à avó, *avô de mulher* e *avô de homem*. Estás a ver como é? Essas expressões '*avô de homem*' e '*avô de mulher*', já viu o mesclado semântico que cria para um português, como também para si, como brasileira, dentro da sua cultura? Quando eu digo '*avô de mulher*' quero dizer o que semanticamente? Ao nível pragmático você está a pensar em outra coisa. Mas no português angolano, '*avô de mulher*' significa a avó. '*Avô de homem*', o avô. O filho '*mona-muhato*', o filho de homem. A filha é '*filha de mulher*'. Certo? E essas expressões são o nosso falar de todos os dias.

Há pesquisadores que têm trabalhado com a descrição do português angolano? Por exemplo, as gramáticas, os dicionários de língua portuguesa que vocês usam nas escolas, os manuais, os livros didáticos, são todos de português europeu ou português angolano?

Daniel Saçuno: São importados, naturalmente. Mas agora o português angolano, em si, ainda não temos. No ponto de vista das investigações, talvez a nível acadêmico, só posso admitir que haja uma escrita da professora Amélia Mingas, "*As interferências do Kimbundo no português falado em Luanda*". Mas, entretanto, os próprios acadêmicos que nós

temos que são formados em Portugal, no Brasil etc., até agora contestam de não aceitar oficialmente um português angolano. Portanto, precisa-se também pesquisas fundamentadas, escritas conforme o que estamos a dizer, [para] edificarmos bases suficientes para a explicação de um português angolano. Há formas para dizer, há muitas coisas que mostram o nosso falar muito diferente dos outros. Bases para dizermos como que podemos explicar um português angolano a gente tem. Só falta uma organização concreta ao nível da legislação do país, como o Executivo para utilizar de fato essa noção. É preciso ter bases suficientes da formação em Línguas e Literaturas Angolanas.

Coordenação da Publicação: Ilka Boaventura Leite
Diagramação: Renata Tomaz
Capa: African Designs from Traditional Sources by
Geoffrey Williams. N.Y. Dover Publications, 1971.
Apoio: CAPES/Programa Mobilidade Internacional AULP.



TEXTOS E DEBATES - NUER | UFSC

Campus Universitário - UFSC

Cep: 88010 | Trindade | Florianópolis - SC - Brasil

Fone:(48) 3721 2420

nuer.ufsc@gmail.com

www.cfh.ufsc.br/nuer